

## **A PANDEMIA TEM UM ROSTO E É FEMININO** **ENSAIO SOBRE A REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES DE GÊNERO** **DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

André de Oliveira Melo<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este ensaio analisou as convergências entre gênero, classe e raça no debate sobre os marcadores sociais da diferença, com destaque para as desigualdades de gênero geradas durante a pandemia da covid-19. O estudo se ancorou na literatura feminista e, especificamente, na sociologia de gênero e do *care* (cuidado). Não se pretendeu esgotar o tema, mas suscitar um debate sobre o aprofundamento das desigualdades de gênero na pandemia. Procuramos fornecer pistas de análise a partir dos casos de mulheres presentes na matéria veiculada no jornal *El País: A luta contra coronavírus tem o rosto de mulheres*. A partir de uma perspectiva interseccional, tentou-se demonstrar o acirramento dos casos de violência contra a mulher, principalmente contra a mulher negra, no contexto da pandemia de covid-19. Com isso, concluiu-se a análise, sustentada sociologicamente, que já se observava na realidade concreta desde o início da pandemia: as mulheres foram majoritariamente prejudicadas.

**Palavras-chave:** gênero, pandemia, desigualdades, feminino.

### **Introdução**

Este ensaio tem como objetivo apresentar as principais controvérsias em torno da reprodução das desigualdades de gênero envolvendo o trabalho do *care* (cuidado) durante a pandemia da covid-19. A partir de uma perspectiva interseccional, reflete-se acerca de conceitos importantes, como a “dominação masculina” e sua reprodução (BOURDIEU, 2002) e as desigualdades cruzadas (MIGUEL; BIROLI, 2015). As pistas de análises foram fornecidas por meio do estudo de casos de mulheres encontrados na

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. E-mail: [andresennas0@gmail.com](mailto:andresennas0@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4884959694728603>.

matéria do jornal El País *A luta contra coronavírus tem o rosto de mulheres*<sup>2</sup>, de maio de 2020, assinada pelo jornalista Gil Alessi.

A matéria retrata o acirramento das opressões contra as mulheres durante a pandemia da covid-19. O peso relativo de cada uma das variáveis (gênero, classe e raça) é subjetivo e se altera de acordo com cada um dos casos. Além disso, há aqueles em que novas variáveis seriam possíveis. Porém, neste estudo, utilizou-se como base a articulação entre gênero, raça e classe, entendida por Collins (2015) como as principais categorias de análise, refutando assim o pensamento dicotômico aplicado às teorias da opressão.

A palavra pandemia está no imaginário e na história da humanidade. A covid-19 não dicionarizou esse substantivo, pois ele já vem alterando a rotina e a vida das pessoas há séculos. Entretanto, a pandemia da covid-19 exacerbou questões que já se assentavam e acometiam a sociedade há muito tempo. As consequências do racismo, do sexismo e do preconceito de classe foram e ainda são banalizadas e naturalizadas, não somente por se constituírem de maneira estruturante em nossa sociedade – baseada no modelo ocidental de sociabilidade –, como também por serem imprescindíveis para o funcionamento do capitalismo. O sistema capitalista não funcionaria sem o racismo e o sexismo, constatação comprovada pela pandemia (SOUZA, 2013).

Desse modo, este trabalho se divide em três partes: na primeira, realiza-se um debate voltado à desigualdade de gênero e ao trabalho de *care* a partir das referências dos temas de construção social de gênero, das relações de poder e do trabalho de *care*; na segunda, faz-se uma aproximação teórica reflexiva entre o referencial debatido anteriormente e o engajamento com a realidade social vivida pelas mulheres, ressaltando os

---

<sup>2</sup> A luta contra o coronavírus tem o rosto de mulheres. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-02/a-luta-contra-o-coronavirus-tem-o-rosto-de-mulheres.html>. Acesso em: 15 de julho.

entrecruzamentos entre os diferentes eixos de opressão (classe, gênero e raça) e a realidade social e suas mudanças no trabalho – que prejudicam focalmente as mulheres; a terceira, por fim, é direcionada para as considerações finais.

### **Desigualdade de gênero e o debate do trabalho de care**

Historicizando o debate, o feminismo enquanto movimento é vasto, complexo e percorre um caminho não linear. Como a trajetória histórica do negro estadunidense não é a mesma que a do negro brasileiro, as mulheres percorreram diferentes obstáculos pelo mundo. Com isso, aborda-se nesta seção os debates teóricos realizados sobre o assunto na última década e ainda a sociologia do care. A diversidade feminina, que encontrou sua voz e denunciou o processo histórico de desigualdade de gênero, é sem dúvida um marco da construção de um feminismo antissistêmico, não institucionalizado e militante no Brasil e no mundo.

Contudo, para entender e refletir sobre esse processo de construção hoje, precisa-se fazer um resgate histórico de sua origem. Convém ter em mente que a questão de gênero está ancorada na construção de relações desiguais de poder e desigualdades sociais entre os gêneros (FRASER, 2009). Ela é construída em torno da naturalização do papel da mulher. Vale ressaltar que as desigualdades nunca são naturais, sempre são construções socioculturais. Isso posto, elucidam-se os processos políticos, que de maneira interdependente, estruturam as desigualdades de gênero que se reproduzem na sociedade.

É necessário, então, entender que o senso comum ocidental percebe certas desigualdades sociais (a racial e a de gênero) como legitimadas por uma explicação que as representa: a ideia de que elas estão enraizadas nas diferenças naturais. A imagem das mulheres difundida historicamente é lastreada num forte sentido patriarcal e cristão/religioso, cuja base é uma

função “natural” da mulher ligada ao ventre. Nesse sentido, Stolcke (1991) afirma que a:

desigualdade de gênero na sociedade de classes resulta de uma tendência historicamente específica a *naturalizar* ideologicamente desigualdades socioeconômicas prevalentes. Essa naturalização desempenha papel fundamental nas manifestações – sejam elas de quaisquer tipos – da desigualdade e na sua reprodução na sociedade (STOLCKE, 1991, p. 103).

Segundo Scott (1989), as feministas utilizaram a palavra gênero com maior afinco como uma forma de se referir à organização social da relação entre os sexos. Ao longo da história ocidental, sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua situação de subordinação, lutando por sua liberdade, muitas vezes ao custo de suas próprias vidas. Nesse sentido, o emprego da palavra “gênero” ao invés de “sexo”, ou outras palavras com conotação da biologia, tem impacto na atualidade. O uso da palavra gênero pode ser atribuído às feministas americanas que reiteravam o caráter essencialmente social das distinções baseadas no sexo.

A introdução das mulheres na história implica “a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante” (SCOTT, 1989, p. 3). Ainda, Scott (1989, p. 4-5) apresenta:

Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações. Não há unanimidade entre os (as) que utilizam os conceitos de classe. Alguns (mas) pesquisadores (as) utilizam a noção de Weber, outros (as) utilizam a classe como uma fórmula heurística temporária. Além disso, quando mencionamos a “classe”, trabalhamos com ou contra uma série de definições que no caso do Marxismo implica uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho pelo qual a história avançou dialeticamente. Não existe este tipo de clareza ou coerência nem para a categoria de “raça” nem para a de “gênero”. No caso de “gênero”, o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos.

Isso posto, depois da introdução do conceito de “gênero”, segue-se para o desenvolvimento da teoria de gênero. Embrionariamente, ela traz uma perspectiva relacional, que trata o estudo das mulheres em relação aos

homens, implicando numa nova e subversiva perspectiva de teoria do gênero que desafia as raízes sociopolíticas dessa desigualdade. Além disso, é importante ressaltar que tais estudos não objetivam tornar as mulheres iguais aos homens, mas sim “transformar radicalmente as relações de gênero, projeto político que, por sua vez, requer a superação de todas as formas de desigualdade” (STOLCKE, 1991, p. 104). Nesse sentido, a autora reforça que:

Teorizar as relações de gênero como formulações culturais impõe pelo menos dois conjuntos de questões analíticas. A teoria do gênero desafia essencialismos biológicos anteriores, problematiza e permite uma nova discussão sobre a maneira pela qual os fatos naturais das diferenças entre os sexos são relacionados a formulações de gênero. Simultaneamente, o conceito de gênero como forma sócio-histórica de desigualdade entre mulheres e homens chama a atenção para outras categorias de diferença que se traduzem em desigualdade, tais como raça e classe e coloca a questão de como elas se cruzam (STOLCKE, 1991, p. 104).

Em outras palavras, a autora quer chamar a atenção para o caráter indissociável das categorias de desigualdade ou marcadores de diferença. Ortner (1979) defende a necessidade dos estudos de gênero ao apresentar em suas pesquisas o argumento de que as mulheres foram e são tratadas como classe secundária em quase todas as sociedades no mundo. Há uma exclusão feminina de praticamente todos os ritos de poder, uma ideologia cultural explícita desvalorizando a mulher, seu corpo e sua função que parecem colocá-la, na visão da autora, mais próxima à natureza em contraste com a fisiologia masculina que o liberta completamente para assumir os esquemas da cultura.

Nesse ponto, importa acrescentar a perspectiva de Bourdieu (2002) que, em *A dominação masculina*, defende a ideia de que a dominação masculina é social e historicamente construída, sendo uma estrutura estruturante<sup>3</sup> da sociedade ocidental. Isso posto, essa dominação masculina é aprendida pelo homem e absorvida pela mulher de maneira pré-reflexiva,

---

<sup>3</sup> A partir da perspectiva bourdieusiana, a estrutura estruturante se caracteriza pela agência ordenada e condicionada pela posição social que delimita o conjunto de possibilidades disponíveis ao agente. Exemplo: Há grande probabilidade de a maioria das mulheres reproduzir seu papel social de ser mãe.

quase de forma inconsciente, embora não chegue a sê-lo. Desse modo, entende-se que a violência de gênero se expressa e se reproduz culturalmente por meio de comportamentos irrefletidos aprendidos pelos sujeitos em sociedade. A partir desse ponto, Bourdieu (2002) argumenta que por se tratar de um problema social, ou seja, ser reproduzida por meio da cultura da sociedade, essa violência é também simbólica. Para ele, ela não precisa ser física para ser eficaz, pelo contrário, seu êxito está atrelado a esse fato. Assim, desde a constituição da sexualidade até os cargos de maior poder e prestígio recaem sobre os homens de maneira naturalizada.

Bourdieu (2002) discorre então sobre a divisão socialmente construída dos gêneros, levantando a tese de que a relação social de dominação é construída sobre a base da divisão fundamental entre o masculino – ativo, de fora, grande, dominador e outras características cujas marcas são positivas ou altivas – e o feminino – passiva, do lar, pequena, submissa e outras características cuja categorização é negativa e de pequenez, do ponto de vista masculino. Ao levantar essas características atribuídas ao corpo socializado, o autor enfatiza como a divisão entre os gêneros é tomada como natural e inevitável; por conseguinte, também o é a dominação masculina.

Bourdieu (2002) também argumenta que o mundo social constrói o corpo enquanto realidade sexual e que, desse modo, cria as diferenças biológicas como algo intransponível. De fato, é a visão social e sexualizada da realidade que erige tais diferenças anatômicas como justificção natural da diferença entre os gêneros. Assim, a dominação masculina, na perspectiva bourdieusiana, longe de ser uma percepção simples de propriedades “naturais”, dá-se por meio da acentuação de certas diferenças e do obscurecimento de certas semelhanças. A força da dominação masculina, portanto, encontra-se no fato de que ela dispensa justificção, ela se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos para legitimá-la.

Collins (2016), por sua vez, argumenta que as relações sociais, da maneira que são pensadas nas sociedades euro-americanas, são dicotômicas. Um lado da dicotomia é comumente rotulado como dominante e o outro como subordinado. Assim, brancos têm mais poder que negros, homens são considerados superiores às mulheres e a razão é preferida à emoção. Dessa maneira, gênero, assim como raça e classe, funciona como um sistema que molda as relações de dominação e subordinação que são construídas social, histórica e economicamente ao longo da história. Tais relações sistêmicas de dominação e subordinação são estruturadas por meio de instituições sociais, tais como: escolas, negócios, hospitais, locais de trabalho e agências governamentais, que representam a dimensão institucional da opressão. Ela tem suas ações eclipsadas pelas lutas femininas e as reivindicações de oportunidades iguais travadas ao longo das últimas décadas. Contudo, tanto o racismo quanto o elitismo podem ser concretamente localizados em instituições, juntamente com o machismo (COLLINS, 2016).

É importante reiterar que, embora essas reivindicações façam a diferença e que as populações historicamente oprimidas hoje tenham maior consciência de seus direitos, Collins (2016) é categórica em afirmar que a verdade é que raça, classe e gênero posicionam mulheres, mulheres negras e asiáticas, homens brancos, mulheres afro-americanas e outros grupos em nichos institucionais distintos, que têm graus variados de punições e privilégios. Segundo Stolcke (2006), a cor de pele, o gênero, a orientação sexual, a posição na família, a condição econômica, o tipo de ocupação, a origem rural ou urbana, dentre outros, são fatores que classificam os indivíduos em nossa sociedade. Esse processo é uma reprodução de uma sociedade hierarquizada a partir de sua formação histórica consolidada nessas relações de poder.

Collins (2016) traz exemplos para entender essas relações desiguais de poder: a autora afirma que homens negros são vistos como perigosos

quando agem com agressividade. Ligados à uma imagem negativa, são frequentemente punidos quando demonstram quaisquer características supostamente “masculinas”. Em outras palavras, os homens brancos podem expressar sua agressividade e são considerados “valentes”, pois sua construção imagética e sua posição nas relações de poder sociais os colocam enquanto símbolos da masculinidade viril. Mulheres negras, por sua vez, não têm sua construção imagética e simbólica ligada a uma “dama”, mas sim à empregada doméstica ou a profissões servis.

Então, é importante perceber como as imagens simbólicas aplicadas a diferentes grupos de raça e gênero interagem na manutenção de sistemas de dominação e subordinação. O exemplo acima revela a natureza interligada das relações de poder e desigualdades sociais na estruturação da dimensão simbólica da opressão. Levar em conta a diversidade na nossa construção do conhecimento, no nosso ensino e no nosso cotidiano nos oferece um novo ângulo de visão nas interpretações de realidades pensadas como “naturais” e “verdadeiras”.

### **Gênero, raça e classe**

O debate sobre as convergências entre gênero, raça e classe surge com a possibilidade de compreender as desigualdades da sociedade contemporânea não mais de maneira isolada; ou seja, a partir desse ponto, entende-se que as desigualdades sociais presentes hoje são resultado de mais de uma variável – por vezes, mais do que apenas essas três, uma vez que territorialidade, orientação sexual, geração e outros aspectos também podem se somar às desigualdades existentes.

Neste ponto, importa ressaltar que a relevância dessas outras variáveis não é menosprezada, mas, para o objetivo deste ensaio, é mais pertinente ater-se às desigualdades decorrentes do entrecruzamento desses três eixos (gênero, raça e classe) que são incontornáveis para a análise de desigualdades atuais. Miguel e Biroli (2015) identificam não apenas uma:



sobreposição entre padrões de dominação independentes, mas um entrelaçamento complexo, o que faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precise incorporar simultaneamente os três eixos (MIGUEL; BIROLI, 2015, p. 28).

Esses marcadores se colocam na vida de todos os sujeitos, sendo importantes na construção da posição social deles e contribuindo para produzir os obstáculos e as suas oportunidades na participação social. Gênero, raça e classe entrecruzados formam o principal eixo considerado pelas abordagens que utilizam a noção de interseccionalidade, conceito que refere-se à forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo dessas variáveis (PISCITELLI, 2008). A dominação e a subordinação existem sobre as convergências desses três eixos e, com isso, a análise sociológica que leva em consideração apenas uma delas pode acarretar a compreensão distorcida da dinâmica dos padrões das desigualdades. Portanto, gênero, classe e raça são marcadores sociais de diferença inter-relacionados e historicamente construídos que elucidam os processos políticos e as justificativas ideológicas que, de maneira dinâmica e interdependente, estruturam as desigualdades de gênero e de raça na sociedade de classes burguesa (STOLCKE, 1991).

Carby (1982) afirma que o debate das feministas negras apresenta as similaridades entre as discriminações de raça, de gênero e de classe. Ela cita ainda a origem biológica de ambas as opressões – de raça e de gênero – o que reforça, no senso comum, a naturalização de ambas. De fato, a natureza é uma conceituação sociopolítica de percepções substanciais de cargas biogenéticas específicas. Em outras palavras, processos históricos da sociedade burguesa interligam as diferenças biológicas a formas de desigualdades sociais, sendo as primeiras, elas próprias, histórica e culturalmente relativas. Assim, a autora aponta que não há uma fonte única das opressões, mas que enquanto as feministas brancas enfatizam a

dominação patriarcal, as feministas negras enfatizam a complexa fonte de dominações que ligam o patriarcado, passando pela dominação masculina até o capitalismo que explora mais e remunera menos as mulheres.

Assim, não há também uma base comum a todas as mulheres, há relações de privilégio que geram desigualdades horizontais. Desse modo, as mulheres negras que escreviam sobre o debate eram objeto e sujeito desse importante tema. Com isso, a análise de formas múltiplas de opressão é condensada na noção de interseccionalidade. O termo foi de fato sistematizado por Kimberlé Crenshaw, teórica feminista e professora estadunidense especializada em questões de raça e gênero. Segundo ela, interseccionalidade é:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Crenshaw (2002) faz uma analogia em que vários eixos de poder, ou seja, raça, etnia, gênero e classe constituem e estruturam os terrenos social, econômico e político. Piscitelli (2008) ressalta que, para Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma forma de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo e patriarcalismo. Para exemplificar tais consequências da interação de diferentes formas de subordinação, Crenshaw (2010) traz o caso jurídico de um processo movido contra a General Motors (GM), uma fabricante de automóveis dos Estados Unidos, por discriminação racial e de gênero. O caso ilustra bem o que é interseccionalidade: o tribunal recusou as acusações contra a GM, movidas por um grupo de afro-americanas, porque entendeu que a GM recruta americanos negros e mulheres para trabalhar no chão de fábrica. O problema, destaca Crenshaw, é que “os afro-

americanos recrutados não eram mulheres e que as mulheres que a GM recrutava não eram negras” (CRENSHAW, 2010, p. 90).

No Brasil, a socióloga Lélia Gonzalez destacou a importância do movimento negro na sua vivência enquanto pessoa negra e, ao mesmo tempo, nos embates com o sexismo no movimento das mulheres. À época, a condição de mulher não estava contida nem na agenda feminista nem na antirracista. A autora propõe formas de vivência que não suspendessem sua condição como mulher e como negra, pois ela argumenta que não deixava de ser mulher quando estava lutando no movimento negro e não deixava de ser negra quando estava lutando pela agenda feminista (GONZALEZ, 2000 apud MIGUEL; BIROLI, 2015).

A interseccionalidade tem como objetivo revelar o poder unilateral das representações sociais, das consequências – materiais e simbólicas – e das desigualdades que atingem grupos dentro do sistema de subordinação e marginalização de sujeitos historicamente carentes de agência (o poder de agir). Com isso, para Collins (2015), a noção apresentada não é uma questão de sobrepor uma opressão a outra, mas entender que, assim como as pessoas, as coisas, as ideias e as opressões são relacionais e, portanto, as interseções das quais tratam também são dinâmicas, relacionais e não estáticas. Isso posto, a seguir, discute-se a partir de casos como o aporte teórico pode ser utilizado para analisar casos de desigualdade dentro de um contexto específico: o pandêmico.

### **A violência de gênero, o trabalho e a pandemia**

Aqui, faremos uma análise sociológica focando na precarização do “trabalho considerado feminino” (FALQUET, 2008) durante a pandemia de covid-19 no Brasil. Essa noção, que é presente no senso comum, reforça que há certos trabalhos – doméstico principalmente – que são deveres femininos. As mulheres ligadas ao lar, ao doméstico, ao cuidado e ao submisso, como

aludido por Ortner (1979) e por Bourdieu (2002), desempenham uma função não remunerada essencial para a reprodução do sistema capitalista com o trabalho doméstico e o trabalho de *care*. As mulheres negras, que são maioria dentre as trabalhadoras domésticas no Brasil, – na condição de outro do outro<sup>4</sup> de uma sociedade patriarcal – trazem consigo as marcas desse labor na construção de sua imagem e de sua subjetividade.

A violência de gênero não é uma realidade exclusiva do Brasil e em épocas de crise como a que se sucede, as mulheres, como outros grupos social e historicamente vulneráveis, apresentam elevadas chances de padecer de violência doméstica e outras formas de violência intrafamiliar; isto inclui o trabalho realizado neste espaço e as consequências socioeconômicas de perder o emprego e ficar desempregada em meio a uma crise sócio-bio-econômica. Ou seja, tendo as vidas inscritas na lógica da dominação masculina, se a mulher cumpre os seus “deveres” no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na divisão social do trabalho e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir tais deveres domésticos. Contudo, o que mais se observa é a mulher assumindo ambas ocupações. É neste contexto de desigualdades de gênero estruturais que se assenta a pandemia da covid-19.

Um estudo do IPEA<sup>5</sup> (2021a) mostra que, no segundo trimestre de 2019, a taxa de ocupação das mulheres era 46,2% frente aos 64,8% dos homens. No período pandêmico, houve uma redução geral da empregabilidade,

---

<sup>4</sup> No pensamento de Patrícia Hill Collins, dentro de uma sociedade hierarquicamente organizada a partir da raça, onde o sujeito com plenos direitos é o homem branco, o homem negro é visto como o outro desse sujeito. A mulher negra, por sua vez, em sua condição de mulher e negra, ocupa uma posição peculiar que permanece rotineiramente depreciada, logo a realidade do racismo e do sexismo significa que a mulher negra configura nessa sociedade o outro do outro.

<sup>5</sup> Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37963](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37963). Acesso em: maio 2022.

mas o gênero aparece como um fator de distinção: houve redução para 39,7% no caso das mulheres e 58,1% dos homens. O estudo pontua que, mesmo antes da pandemia, as chances das mulheres de saírem de uma ocupação e se tornarem inativas eram maiores que as dos homens, cenário que foi intensificado pela crise sanitária. Quando incluída a variável raça, pode-se também observar efeitos distintos: a disparidade na proporção de ocupados entre negros e brancos correspondia a 2,4 pontos percentuais em 2015, e subiu para 5,3 pontos percentuais em 2020. O percentual de ocupação caiu para ambos os grupos: entre os negros, a taxa de ocupação passou de 55,1% em 2015 para 45,9% em 2020, enquanto entre os brancos, o percentual caiu de 57,5% em 2015 para 51,2% em 2020. O estudo conclui que houve aumento na transição de ocupados para inativos e que esse quadro foi mais intenso entre mulheres e pessoas não brancas.

As mulheres e as pessoas negras configuram os grupos sociais que mais perderam empregos durante a pandemia da covid-19<sup>6</sup>. Uma pesquisa do IBGE, realizada em 2020, mostra que cerca de 72% dos postos de trabalho encerrados naquele ano eram ocupados por mulheres. Soma-se a esse dado a construção do papel feminino no lar, nas tarefas domésticas e no cuidado com os enfermos, vendo-se uma situação de aprofundamento de desigualdades historicamente postas. Bourdieu (2002) é categórico ao apontar que as diferenças visíveis entre os corpos feminino e masculino são percebidas e construídas segundo práticas da visão androcêntrica. A partir dela, todos os valores e ações em desacordo são tomadas como de menor valor. Nesse processo, tem-se a inviabilização do trabalho considerado feminino.

É importante discernir que a invisibilidade das mulheres é seletiva, pois elas estão visíveis quando se trata da apropriação física direta delas pelos

---

<sup>6</sup> Mulheres perderam mais empregos na pandemia. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/mulheres-perderam-mais-empregos-na-pandemia-diz-ibge/>. Acesso em: 10 jul. 2022

homens. Falquet (2008) destaca a necessidade de apreender o *continuum* que liga as três formas de trabalho do *care*: o trabalho de manutenção (doméstico), o trabalho sexual e o trabalho de produção/cuidado dos filhos. Tarefas como passar, cozinhar, lavar, esfregar, cuidar, varrer são tidas como femininas e estão ligadas ao trabalho do *care* em algum grau. O corpo feminino está no centro do trabalho doméstico, sexual e reprodutivo sob o controle do Estado-nação e do homem, com base num sistema político heteronormativo-patriarcal. Por ser o lado com menos poder dentro das relações dicotômicas de gênero, as mulheres estão inerentemente vulneráveis a todas as formas de coação, assédio e violência sexuais. A ordem masculina legitima uma relação de dominação, inscrevendo-a numa natureza biológica que é também uma construção social.

Mulheres tradicionalmente estão na área do cuidado, o que reforça estereótipos naturalizados. Pinho (2004) dá o exemplo do elevador de serviço: é algo ainda muito difundido no Brasil, usado para reforçar a diferença das empregadas que acessam o edifício; sua manutenção gera discriminação, pois as mulheres negras ainda são o grande contingente das “prestadoras de serviço”. Hirata (2014) identifica, neste ponto, a partir da sociologia do trabalho e das teorias feministas, o que é a desvalorização do trabalho do *care*. Esse trabalho é está diretamente relacionado ao gênero, pois quem o realiza são majoritariamente mulheres pobres e racializadas.

Logo, o *care* revela as relações de poder, uma vez que salienta as desigualdades estruturais de raça e de gênero. O trabalho doméstico e de cuidados realizados todos os dias têm clara conotação de gênero, de classe e de raça, mas também está atravessado pela sexualidade, pois, não raro, incursões sexuais e assédio sexual podem ocorrer do patrão homem para com a empregada mulher, reforçando as relações de poder homem/mulher e patrão/empregada. Hirata (2014) destaca duas explicações para o debate:

a das teorias feministas, que consideram que essa desvalorização está na continuidade da desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado no âmbito da família, executado gratuitamente pelas mulheres, e a da teoria inovadora de Paperman (2013), em que a vulnerabilidade e a falta de cidadania dos idosos dependentes e dos portadores de deficiências repercutem sobre o *status* dos cuidadores, que pertencem a uma população considerada de "segunda categoria". Para Paperman, existe assim um "círculo vicioso" entre a desvalorização do trabalho do *care* e a desvalorização dos seus destinatários: as pessoas e os grupos ditos "vulneráveis" (HIRATA, 2014, p. 67).

A divisão social, sexual e racial no trabalho do *care*, portanto, consiste num paradigma possível para analisar fenômenos ligados à produção de desigualdades sociais ou à reprodução de estruturas desiguais. Ainda, no Brasil, as domésticas são em sua maioria mulheres pobres, imigrantes internas (vindas das regiões Nordeste ou Norte para as Sudeste ou Sul), menos qualificadas e de classes subalternizadas. Assim, percebe-se a consubstancialidade das relações sociais e suas consequências para as trabalhadoras do *care*, que podem ser sumarizadas na percepção de que há intensa precarização nesse trabalho de baixo prestígio social; fato que apenas retroalimenta as relações de poder desiguais e as desigualdades sociais (HIRATA, 2014).

Para explicar isso, analisou-se a matéria do jornal *El País: A luta contra coronavírus tem o rosto de mulheres*, de maio de 2020. A tônica da matéria, assinada por Gil Alessi, é trazer à cena os casos de mulheres que foram impactadas ou, de alguma maneira, tiveram opressões vividas pré-pandemia pioradas pela crise sanitária e seus enalços. A divisão social e sexual do trabalho, historicamente, beneficiou o gênero masculino e a matéria demonstra que diante da conjuntura inaugurada pela pandemia não foi diferente. As mulheres foram "expulsas do mercado de trabalho em maior medida que os homens, com três pontos percentuais a mais na América Latina", denuncia o trecho do texto jornalístico.

Falquet (2008) aponta que a reorganização da divisão do trabalho provocada pela globalização neoliberal afeta a divisão sexual,

de raça e de gênero no trabalho. Consoante isso, a matéria aponta que profissões do *care*, como enfermagem, estão na linha de frente no risco de contaminação e de morte por covid-19. Essas profissões tendem a ser historicamente ocupadas por mulheres. No Brasil atual, segundo o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) (2015), 84,6% do total das profissionais são mulheres. Já entre os médicos, que normalmente assumem postos de liderança, elas são 45,6% – embora já se observe um processo crescente de feminização da categoria. “As mulheres foram as que mais perderam trabalho”, chama atenção outro trecho da matéria em que é possível identificar as convergências das desigualdades que pesam sobre as mulheres na conjuntura pandêmica estudada.

Em nível mundial, cerca de 70% do pessoal de assistência médica, dos serviços sociais e do cuidado são mulheres. A agência ONU Mulheres calcula que em 2021 houve quase 435 milhões de mulheres pobres, 11% a mais do que se não tivesse acontecido a pandemia<sup>7</sup>. A pandemia tem o rosto de mulheres, pois elas dominam a linha de frente do combate ao coronavírus. Porém, foram também as que mais perderam empregos ou tiveram que largá-lo para cuidar – ainda mais – dos afazeres domésticos e da família. Nesse sentido, a pandemia da covid-19 aprofundou as desigualdades de gênero impostas às populações femininas, embora não de maneira equânime, somando-se aos impactos gerais do período. No Brasil, as mulheres negras foram as mais prejudicadas: antes da pandemia, a pobreza atingia 33% das mulheres negras, 32% dos homens negros e 15% das mulheres brancas e dos homens brancos. Com o auxílio reduzido de 2021, esses mesmos indicadores subiram a 38%, 36% e 19%, respectivamente. Como a posição das mulheres no mercado de trabalho é mais vulnerável, quando há uma crise elas são penosamente atingidas (IPEA, 2021b).

---

<sup>7</sup> Pandemia ameaça apagar uma geração de frágeis avanços das mulheres na luta por direitos no mundo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/eps/2021-03-07/o-desafio-de-ser-mulher-em-tempos-de-pandemia.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.



A partir dos estudos de Biroli e Miguel (2015), percebe-se, também, que durante a pandemia foram intensificadas as desigualdades cruzadas no que tange as mulheres, o que torna mais nítidas suas convergências. Faz-se ainda mais claro, por exemplo, que mulheres em países de democracia recente, como o Brasil, passaram a arcar ainda mais com a jornada de cuidar da casa e de *home office*, quando essa era a situação. Quando negras e pobres, a situação de muitas mulheres pode ser ainda mais precária sob a ótica da desigualdade racial estrutural e estruturante da realidade social brasileira.

Dados do IBGE (2020) indicam que a pandemia tornou as trabalhadoras domésticas mais vulneráveis; e ainda, que no trimestre encerrado em fevereiro de 2019, havia 6,2 milhões de trabalhadoras domésticas, sendo 92% mulheres e 66% negras. No mesmo período de 2021, durante a pandemia, o contingente caiu para 4,9 milhões – apenas 26,7% com carteira assinada. O salário médio era de R\$ 925<sup>8</sup>. Segundo IBGE, medidas como o auxílio emergencial de R\$ 600 foram importantes, mas realçaram a necessidade de políticas públicas permanentes que reconheçam o trabalho doméstico remunerado como fundamental na pandemia e depois dela.

Em 2021, somados os efeitos da pandemia e a má gestão de suas adversidades, o Brasil alcançou a marca histórica de 14,5 milhões de famílias na miséria, caracterizadas por aquelas que vivem com até R\$ 89,00 de renda mensal. Isso equivale a 70 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em condição de miséria<sup>9</sup>. O auxílio emergencial teve um efeito amortizador dessa tendência, criado em abril de 2020, com valor de R\$ 600 que podia chegar a R\$ 1.200 para mães solo chefes de família. Em 2021, a população

<sup>8</sup> Agência Câmara de Notícias.

<sup>9</sup> Recorde: 14,5 milhões de famílias brasileiras vivem na extrema pobreza. IG Economia. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-05-23/recorde-extrema-pobreza-14-5-milhoes-familias-miseria-brasil.html#:~:text=Em%20abril%20deste%20ano%2C%2014,de%2040%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas>. Acesso em 15 de julho de 2022.

de baixa renda ficou sem auxílio nenhum de janeiro a março. Em abril, o pagamento começou a ser feito primeiramente apenas através do aplicativo da Caixa, o que dificultou o uso do recurso por parte das famílias, que têm dificuldade de acesso à internet. O valor do benefício foi reduzido a uma média R\$ 250, variando entre R\$ 150 para pessoas que moram sozinhas, R\$ 250 para domicílios com mais de uma pessoa e R\$ 375 para mães solo. O universo de beneficiários foi diminuído de 68,2 milhões de pessoas em 2020, para 45,6 milhões de famílias em 2021.

Por fim, como esclarece Collins (2016), as mulheres negras são um caso mais complexo. Elas historicamente vivem os entrecruzamentos de opressões estruturantes de nossa realidade social. Cabe destacar que, levando em consideração as desigualdades de gênero geradas durante a pandemia, as mulheres negras foram desproporcionalmente afetadas no acesso a direitos sociais básicos.

### **Considerações finais**

Este ensaio teve por objetivo apresentar as principais controvérsias em torno da reprodução de desigualdades de gênero envolvendo o trabalho do *care* durante a pandemia da covid-19. Como embasamento teórico, utilizamos a literatura sobre a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe. Por se tratar de um texto ensaístico, não se pretendeu esgotar o tema, mas suscitar um debate sobre o aprofundamento das desigualdades de gênero durante a pandemia da covid-19. A partir disso, é importante salientar que as desigualdades de gênero geradas são sentidas e vividas de maneiras diferentes a depender de outros marcadores, como raça e classe; por exemplo, uma moradora negra e pobre da comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, sentiu as desigualdades de gênero geradas pela pandemia de maneira diferente de uma moradora branca e rica do Leblon, bairro nobre da mesma cidade.

Diante das argumentações supracitadas e tendo em mente as linhas argumentativas aqui despendidas, pode-se refletir sobre a condição e as experiências da mulher em nível econômico, social e histórico. Levando em consideração os componentes político, econômico e social, infere-se que as mulheres sofrem impacto diferenciado em níveis de contágio, econômicos e de trabalho por serem mulheres. Há diferenças a depender do grupo racial e de classe, mas, de maneira geral, é necessário um planejamento de políticas públicas que foque na vida de mulheres e meninas, o que durante a pandemia não foi realizado.

Com isso, a partir de uma análise das relações de gênero, de raça e de classe, problematizaram-se os três eixos, na medida em que se afirmam na realidade social como estruturas estruturantes. O enfrentamento das desigualdades de gênero, portanto, passa pelo combate à divisão social do trabalho e à reprodução biológica e social da vida que confere às mulheres um estado de subalternização e de subalternidade. Colaborar para que se aprofunde a aplicação de soluções viáveis, como políticas públicas visando mitigar esses efeitos, deve ser um dos tópicos da ação do Estado. Posto que, assim como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionar diferencialmente as mulheres nas relações de poder e refletir as desigualdades horizontais entre elas é imperativo. A questão de gênero potencializa as análises de classe – uma vez que a pobreza atinge homens e mulheres de maneiras diversas – e de raça – pois o racismo impacta homens e mulheres negros de maneira diferente.

Por fim, é importante atentar-se à agenda feminista e ao reconhecimento dos direitos trabalhistas das mulheres para evitar que, diante de tantos temas políticos no Brasil atual, as suas facetas sejam enfraquecidas pelo covid-19. Da mesma forma, é preciso identificar continuamente eixos adicionais de opressão que coloquem certas mulheres em situação de vulnerabilidade ainda mais graves, como é o caso de meninas (crianças), das mulheres racializadas (negras, indígenas e

amarelas), das mulheres migrantes, das com deficiência, das presas, entre outras que correm riscos, sobretudo, no contexto pandêmico. Refletir sobre as desigualdades de gênero permite reconhecer as lacunas e as necessidades das populações femininas e, desta maneira, promover a representação igualitária e a equidade entre homens e mulheres, capacitando a força de trabalho delas e identificando os problemas que normalmente não receberiam a atenção que requerem, gerando oportunidades e soluções mais adequadas para todas.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helna KUhner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 160p.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 49, n. 17, p.117-133, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em jul. 2022.
- CARBY, Hazel. Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: TRUTH, Sojourner; WELLS, Ida; COLLINS, Patricia Hill; et al. *El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. Feminismos negros Una antología*, 1982.
- COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.) *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. 96p.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução: Juliana de Castro Galvão. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em: jul. de 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Rio de Janeiro: Boitempo, 1990. 383 p.
- CRENSHAW Kimberlé. Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./jun. 2002.

- CRENSHAW, Kimberlé. Beyond entrenchment: race, gender and the new frontiers of (un) equal protection, 2010. In: TSUJIMURA, M. (org.). International perspectives on gender equality & social diversity. Sendai, Tohoku University Press, 2010.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e "raça" na globalização neoliberal. *Mediações*, v. 13, n.1-2, p. 121-142, jan./jun. e jul./dez. 2008.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, jul./dez. 2009.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social* [online], v. 26, n. 1, p. 61-73 jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em 15 de julho de 2022.
- IBGE. Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas (Informação Demográfica e Socioeconômica), 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em dez. 2021.
- IPEA. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, v.1 n. 0. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021a.
- IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, v. 1. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021b.
- MELO, André de Oliveria Sena; RODRIGUES, Mariana Nogueira. Pandemia e Estado Necropolítico: um ensaio sobre as Políticas Públicas e o agravamento das vulnerabilidades da população negra frente ao COVID-19. *Revista Fim do Mundo*, Marília, n. 4, p. 133-154, 2021.
- MOUTINHO, Laura - Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, v.1, n. 42, p.201-248, jan./jun. 2014.
- PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos Pagu*, v.1 n. 23, p89-119 jul./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200004>. Acesso: jul. 2022.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z., LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Tradução: Cila Anker e Rachel Gorenstein – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. *Recife, SOS Corpo*, v. n. p. 1-54, jan./mar 1993.

SOUZA, Rolf R. de. Falomaquia: homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. *Antropolítica* - Niterói, v. 1, n. 34, p. 35-52, 2013.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos?* New York, Columbia University Press. p. 5-22, 1989.

STOLCKE, Verena. O Enigma das Interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos Impérios Transatlânticos do século XVI a XX". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.1, nº.14, p. 15-41, jan./abr. 2006.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-asiáticos*, v.1 n. 20, p. 101-119, 1991.

THERBORN, Goran. *Os campos de extermínio da desigualdade*. Novos Estudos, 2010.